

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SICOOB JUDICIÁRIO
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		166.459.116,25	124.437.364,36
Circulante		70.354.103,86	51.548.120,31
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	47.701.583,44	30.019.524,76
Disponibilidades		1.134.546,82	988.696,61
Centralização Financeira - Cooperativas		46.567.036,62	29.030.828,15
Operações de Crédito	05	22.328.367,88	21.209.681,94
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		23.474.244,10	21.847.153,57
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.145.876,22)	(640.195,79)
Financiamentos		-	2.737,85
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		-	(13,69)
Outros Créditos	06	247.668,77	234.094,08
Créditos por Avais e Fianças Honradas		25.429,34	49.473,38
Rendas a Receber		158.837,93	127.246,96
Diversos		76.349,04	96.017,58
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		4.115,00	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(17.062,54)	(38.643,84)
Outros Valores e Bens	07	76.483,77	84.819,53
Outros Valores e Bens		5.738,01	4.093,50
Despesas Antecipadas		70.745,76	80.726,03
Não Circulante		96.105.012,39	72.889.244,05
Realizável a Longo Prazo		78.876.366,48	56.371.059,42
Operações de Crédito	05	78.475.295,90	55.974.704,15
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		79.365.310,23	56.554.441,99
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(890.014,33)	(579.737,84)
Outros Créditos	06	401.070,58	396.355,27
Devedores por Depósitos em Garantia		401.070,58	396.355,27
Permanente		17.228.645,91	16.518.184,63
Investimentos	08	14.879.778,27	13.793.218,57
Participação em Cooperativa Central de Crédito		14.874.825,78	13.788.266,08
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		4.952,49	4.952,49
Imobilizado de Uso	09	2.330.734,69	2.724.966,06
Imobilizado de Uso		4.924.836,12	4.737.889,98
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(2.594.101,43)	(2.012.923,92)
Intangível		18.132,95	-
Ativos Intangíveis		294.576,02	233.005,46
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(276.443,07)	(233.005,46)
Total do Ativo		166.459.116,25	124.437.364,36

PASSIVO		137.309.532,05	99.359.304,65
Circulante		137.022.501,53	99.283.920,26
Depósitos	10	117.643.195,28	83.176.006,16
Depósitos à Vista		22.367.331,05	12.464.002,75
Depósitos Sob Aviso		47.957,63	46.718,73
Depósitos à Prazo		95.227.906,60	70.665.284,68
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		30.246,18	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		30.246,18	-
Relações Interdependências		1.946,32	-
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.946,32	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	11	17.454.159,82	14.286.396,65
Empréstimos No País - Outras Instituições		17.454.159,82	14.286.396,65
Outras Obrigações	12	1.892.953,93	1.821.517,45
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		63,31	15.650,19
Sociais e Estatutárias		362.404,40	284.807,65
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		226.030,49	221.122,45
Diversas		1.304.455,73	1.299.937,16
Não Circulante		287.030,52	75.384,39
Obrigações por Empréstimos e Repasses	11	278.255,37	-
Empréstimos no país - Outras Instituições		278.255,37	-
Outras Obrigações	12	8.775,15	75.384,39
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		8.775,15	75.384,39
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	29.149.584,20	25.078.059,71
Capital Social		19.999.570,75	18.254.002,60
De Domiciliados No País		20.425.907,86	18.561.966,85
(-) Capital A Realizar		(426.337,11)	(307.964,25)
Reserva de Sobras		8.656.555,60	6.603.234,00
Sobras ou Perdas Acumuladas		493.457,85	220.823,11
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		166.459.116,25	124.437.364,36

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

-

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS,
DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SICOOB JUDICIÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		8.616.346,74	17.459.005,29	9.451.636,15	18.229.139,41
Operações de Crédito	15	8.048.654,49	16.013.805,05	8.271.717,16	15.642.350,94
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		567.692,25	1.445.200,24	1.179.918,99	2.586.788,47
Dispêndio da Intermediação Financeira	16	(2.159.612,97)	(4.554.307,31)	(2.949.707,96)	(6.022.372,91)
Operações de Captação no Mercado		(1.113.201,27)	(2.763.224,70)	(2.413.429,74)	(4.820.613,67)
Operações de Empréstimos e Repasses		(197.318,06)	(534.118,08)	(414.318,32)	(840.428,94)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(849.093,64)	(1.256.964,53)	(121.959,90)	(361.330,30)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.456.733,77	12.904.697,98	6.501.928,19	12.206.766,50
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(4.934.236,67)	(8.624.312,63)	(4.998.141,28)	(8.019.075,27)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	17	1.154.420,31	2.383.202,14	1.058.691,03	2.116.998,42
Rendas (Ingressos) de Tarifas	18	357.457,14	729.181,41	398.507,22	788.177,76
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	19	(3.678.154,91)	(7.139.606,31)	(3.569.676,46)	(6.836.650,38)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	20	(2.525.597,40)	(5.202.548,89)	(2.669.156,17)	(5.112.442,12)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(110.965,35)	(223.754,21)	(102.200,29)	(203.132,22)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	21	279.085,60	1.578.004,70	340.006,98	1.761.447,53
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(385.907,78)	(730.004,94)	(393.410,39)	(446.021,56)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(8.775,15)	(7.603,79)	(56.081,76)	(81.828,52)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(15.799,13)	(11.182,74)	(4.821,44)	(5.624,18)
Resultado Operacional		1.522.497,10	4.280.385,35	1.503.786,91	4.187.691,23
Outras Receitas e Despesas	23	(788,88)	(8.259,71)	1.570,97	(21.039,34)
Outras Receitas		463,46	2.026,73	9.629,64	10.555,66
Outras Despesas		(1.252,34)	(10.286,44)	(8.058,67)	(31.595,00)
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.521.708,22	4.272.125,64	1.505.357,88	4.166.651,89
Imposto de Rendas		(19.582,07)	(73.374,08)	(29.999,37)	(89.061,74)
Contribuição Social		(16.916,65)	(57.362,55)	(25.819,28)	(69.505,16)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.485.209,50	4.141.389,01	1.449.539,23	4.008.084,99
Destinações Legais e Estatutárias		-	(1.863.625,05)	-	(1.803.638,25)
FATES		-	(207.069,45)	-	(200.404,25)
Reserva Legal		-	(1.656.555,60)	-	(1.603.234,00)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.485.209,50	2.277.763,96	1.449.539,23	2.204.446,74
Sobras/Perdas Líquidas		1.485.209,50	2.277.763,96	1.449.539,23	2.204.446,74
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	-	-

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SICOOB JUDICIÁRIO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas Antes das Destinações	1.485.209,50	4.141.389,01	1.449.539,23	4.008.084,99
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(885.578,44)	-	(1.130.860,49)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	849.093,64	1.256.964,53	121.959,90	361.330,30
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	49.615,82	85.787,05	38.329,25	75.273,23
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes	8.775,15	8.775,15	62.381,76	88.128,52
Atualização de depósitos em garantia	(1.698,89)	(4.715,31)	(4.784,67)	(10.037,39)
Depreciações e Amortizações	315.771,74	624.615,12	295.306,48	579.277,17
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	2.706.766,96	5.227.237,11	1.962.731,95	3.971.196,33
Aumento (redução) em ativos operacionais	(16.821.930,15)	(24.881.481,15)	(4.669.249,63)	(17.012.458,15)
Operações de Crédito	(17.037.219,95)	(24.876.242,22)	(4.998.963,88)	(17.038.955,63)
Outros Créditos	161.312,71	(13.574,69)	223.216,28	45.686,29
Outros Valores e Bens	53.977,09	8.335,76	106.497,97	(19.188,81)
Aumento (redução) em passivos operacionais	1.129.984,17	37.460.915,01	(20.125.526,74)	15.868.196,41
Depósitos à Vista	6.177.970,11	9.903.328,30	1.703.420,29	4.258.396,43
Depósitos sob Aviso	449,66	1.238,90	1.222,35	2.521,00
Depósitos à Prazo	(3.430.685,06)	24.562.621,92	(20.532.561,77)	11.798.415,38
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	30.246,18	30.246,18	-	-
Relações Interdependências	676,32	1.946,32	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.188.819,01)	3.446.018,54	(667.332,16)	157.277,50
Outras Obrigações	(216.285,86)	41.001,67	(374.052,55)	211.245,21
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES	-	(187.680,74)	-	(200.687,96)
FATES Sobras Exercício	(207.069,45)	(207.069,45)	(200.404,25)	(200.404,25)
Imposto de Renda	(19.582,07)	(73.374,08)	(29.999,37)	(89.061,74)
Contribuição Social	(16.916,65)	(57.362,55)	(25.819,28)	(69.505,16)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	(12.985.179,02)	17.806.670,97	(22.832.044,42)	2.826.934,59
Atividades de Investimentos	(104.712,56)	(449.497,96)	(1.164.962,58)	(2.004.387,05)
Distribuição Sobras da Central	-	885.578,44	-	1.130.860,49
Aquisição de Intangível	(0,00)	(27.817,40)	-	2.812,88
Aquisição de Imobilizado de Uso	(104.712,56)	(220.699,30)	(420.308,40)	(514.191,35)
Aquisição de investimentos	-	(1.086.559,70)	(744.654,18)	(2.623.869,07)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(104.712,56)	(449.497,96)	(1.164.962,58)	(2.004.387,05)
Atividades de Financiamentos	761.081,25	324.885,67	1.035.023,65	568.968,00
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.495.580,60	3.085.788,73	1.652.168,37	3.099.871,98
Devolução de Capital à Cooperados	(727.360,60)	(1.270.591,40)	(626.299,95)	(1.190.483,60)
Estorno/Cancelamento de Capital	(13.751,23)	(73.429,53)	(10.363,45)	(20.457,29)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(18.772,93)	-	(28.365,75)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(1.398.109,20)	-	(1.324.691,79)
Recuperação de Sobras/Perdas de Exercícios Anteriores	6.612,48	-	19.518,68	33.094,45
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	761.081,25	324.885,67	1.035.023,65	568.968,00
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.328.810,33)	17.682.058,68	(22.961.983,35)	1.391.515,54
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	60.030.393,77	30.019.524,76	52.981.508,11	28.628.009,22
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	47.701.583,44	47.701.583,44	30.019.524,76	30.019.524,76
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.328.810,33)	17.682.058,68	(22.961.983,35)	1.391.515,54
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	0,00

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS,
DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SICOOB JUDICIÁRIO
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018	16.561.752,45	(199.495,42)	4.608.710,72	(68.868,82)	20.902.098,93
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	33.094,45	33.094,45
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	(200.687,96)	(200.687,96)
Constituição de Reservas	-	-	391.289,28	(391.289,28)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(1.324.691,79)	(1.324.691,79)
Ao Capital	2.814,48	-	-	(2.814,48)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(28.365,75)	(28.365,75)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.208.340,81	(108.468,83)	-	-	3.099.871,98
Por Devolução (-)	(1.190.483,60)	-	-	-	(1.190.483,60)
Estorno de Capital	(20.457,29)	-	-	-	(20.457,29)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	4.008.084,99	4.008.084,99
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	1.603.234,00	(1.603.234,00)	-
F A T E S	-	-	-	(200.404,25)	(200.404,25)
Saldo em 31/12/2019	18.561.966,85	(307.964,25)	6.603.234,00	220.823,11	25.078.059,71
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-
Ao FATES	-	-	-	(187.680,74)	(187.680,74)
Constituição de Reservas	-	-	396.766,00	(396.766,00)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	(1.398.109,20)	(1.398.109,20)
Ao Capital	3.800,35	-	-	(3.800,35)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(18.772,93)	(18.772,93)
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	3.204.161,59	(118.372,86)	-	-	3.085.788,73
Por Devolução (-)	(1.270.591,40)	-	-	-	(1.270.591,40)
Estorno de Capital	(37.811,71)	-	-	-	(37.811,71)
Cancelamento de Capital	(35.617,82)	-	-	-	(35.617,82)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	4.141.389,01	4.141.389,01
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	1.656.555,60	(1.656.555,60)	-
F A T E S	-	-	-	(207.069,45)	(207.069,45)
Saldo em 31/12/2020	20.425.907,86	(426.337,11)	8.656.555,60	493.457,85	29.149.584,20
Saldo em 30/06/2019	17.488.423,67	(249.926,04)	5.000.000,00	555.403,45	22.793.901,08
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	19.518,68	19.518,68
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.710.206,58	(58.038,21)	-	-	1.652.168,37
Por Devolução (-)	(626.299,95)	-	-	-	(626.299,95)
Estorno de Capital	(10.363,45)	-	-	-	(10.363,45)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	1.449.539,23	1.449.539,23
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	1.603.234,00	(1.603.234,00)	-
F A T E S	-	-	-	(200.404,25)	(200.404,25)
Saldo em 31/12/2019	18.561.966,85	(307.964,25)	6.603.234,00	220.823,11	25.078.059,71
Saldo em 30/06/2020	19.599.306,60	(354.204,62)	7.000.000,00	865.260,92	27.110.362,90
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	6.612,48	6.612,48
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	1.567.713,09	(72.132,49)	-	-	1.495.580,60
Por Devolução (-)	(727.360,60)	-	-	-	(727.360,60)
Estorno de Capital	(13.751,23)	-	-	-	(13.751,23)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	1.485.209,50	1.485.209,50
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	1.656.555,60	(1.656.555,60)	-
F A T E S	-	-	-	(207.069,45)	(207.069,45)
Saldo em 31/12/2020	20.425.907,86	(426.337,11)	8.656.555,60	493.457,85	29.149.584,20

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SICOOB JUDICIÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	1.485.209,50	4.141.389,01	1.449.539,23	4.008.084,99
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	1.485.209,50	4.141.389,01	1.449.539,23	4.008.084,99

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES
PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020**

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SICOOB JUDICIÁRIO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **26/11/1991**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CREDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL**.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** é componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB JUDICIÁRIO**, sediada no **Distrito Federal**, possui **7** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BRÁSÍLIA - DF, NATAL - RN, JOÃO PESSOA - PB**.

O **SICOOB JUDICIÁRIO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas

conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pelo conselho de administração em **27/01/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pelo **SICOOB JUDICIÁRIO**:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

O **SICOOB JUDICIÁRIO** iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus” (Se aplicável)

A Administração avaliou a capacidade do **SICOOB JUDICIÁRIO** continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência do **SICOOB JUDICIÁRIO** no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

- a) Em cumprimento ao que foi determinado pelas autoridades do Distrito Federal, municipais, estaduais e federais, tomamos todas as medidas sanitárias e de restrição à circulação recomendadas;
- b) Foi adotado o regime de teletrabalho para todas as áreas da cooperativa, inclusive agências, com todas as medidas necessárias de atendimento à distância, visando solução de continuidade;
- c) Para reuniões por videoconferências via internet, foram adquiridas licenças de plataformas especializadas (Whereby e Zoom);
- d) Foram disponibilizados aos empregados, diretores e conselheiros, todos os meios necessários ao desempenho dos trabalhos à distância, tais como notebooks, computadores, acessórios (câmeras e fones de ouvido) e mobiliário (mesas e cadeiras);
- e) Aquisição de material de higiene e sanitário, tais como máscaras e álcool (líquido e gel) e dispensadores, de forma a atender às necessidades do público interno e cooperados nas agências;
- f) Ampliamos a utilização do sistema de assinatura digital eletrônica, já existente, expandindo sua possibilidade para praticamente todos os documentos a serem assinados pelos cooperados, dispensando a presença física dos mesmos em nossas instalações;
- g) Para atividades críticas, tais como movimentação de documentos e equipamentos, mantivemos regime de plantão;
- h) Contratação do serviço de sanitização periódica das instalações físicas, principalmente as agências, quando iniciamos o retorno do atendimento presencial de forma escalonada;
- i) Finalizando, temos pronto um plano de retorno ao trabalho presencial – **SICOOB JUDICIÁRIO**, ainda sem data para início de implementação, mas já prevendo o retorno gradual após o evento da vacinação.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que o **SICOOB JUDICIÁRIO** questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do **SICOOB JUDICIÁRIO** ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas apropriadas referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando o **SICOOB JUDICIÁRIO** tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro

de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais o **SICOOB JUDICIÁRIO** tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	1.134.546,82	988.696,61
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	46.567.036,62	29.030.828,15
TOTAL	47.701.583,44	30.019.524,76

(a) Refere à disponibilidades e depósitos bancários no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas do **SICOOB JUDICIÁRIO** Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e foram de R\$ 1.445.200,24 e R\$ 2.586.788,47, respectivamente, com taxa média de **105%** do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	23.474.244,10	79.365.310,23	102.839.554,33	78.401.595,56
Financiamentos	-	-	-	2.737,85
Total de Operações de Crédito	23.474.244,10	79.365.310,23	102.839.554,33	78.404.333,41
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.145.876,22)	(890.014,33)	(2.035.890,55)	(1.219.947,32)
TOTAL	22.328.367,88	78.475.295,90	100.803.663,78	77.184.386,09

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	26.970.447,09	26.970.447,09		18.486.527,71	
A 0,5% Normal	48.393.308,93	48.393.308,93	(241.966,54)	39.577.850,86	(197.889,25)
B 1% Normal	13.616.954,48	13.616.954,48	(136.169,54)	8.461.775,69	(84.617,76)
B 1% Vencidas	60.086,37	60.086,37	(600,86)	105.274,76	(1.052,75)
C 3% Normal	10.088.408,28	10.088.408,28	(302.652,25)	8.114.488,06	(243.434,64)
C 3% Vencidas	220.872,21	220.872,21	(6.626,17)	139.885,31	(4.196,56)
D 10% Normal	2.102.438,82	2.102.438,82	(210.243,88)	2.772.636,95	(277.263,70)
D 10% Vencidas	76.427,40	76.427,40	(7.642,74)	95.642,44	(9.564,24)
E 30% Normal	210.418,54	210.418,54	(63.125,56)	98.643,42	(29.593,03)
E 30% Vencidas	192.517,17	192.517,17	(57.755,15)	82.342,05	(24.702,62)
F 50% Normal	101.175,30	101.175,30	(50.587,65)	71.802,47	(35.901,24)
F 50% Vencidas	229.217,96	229.217,96	(114.608,98)	111.159,84	(55.579,92)
G 70% Normal	60.106,12	60.106,12	(42.074,28)	46.399,23	(32.479,46)
G 70% Vencidas	51.128,97	51.128,97	(35.790,28)	54.108,43	(37.875,90)
H 100% Normal	208.283,27	208.283,27	(208.283,27)	21.942,20	(21.942,20)
H 100% Vencidas	257.763,42	257.763,42	(257.763,42)	163.853,99	(163.853,99)
Total Normal	101.751.540,83	101.751.540,83	(1.255.102,95)	77.652.066,59	(923.121,28)
Total Vencidos	1.088.013,50	1.088.013,50	(480.787,60)	752.266,82	(296.825,98)
Total Geral	102.839.554,33	102.839.554,33	(1.735.890,55)	78.404.333,41	(1.219.947,32)
Provisões	(2.035.890,55)	(2.035.890,55)		(1.219.947,32)	

Total Líquido	100.803.663,78	100.803.663,78	77.184.386,09
----------------------	-----------------------	-----------------------	----------------------

* A Administração da Cooperativa, no gerenciamento e monitoramento de seus riscos de crédito, capital e liquidez, preocupada com o impacto nos seus indicadores econômicos e financeiros advindos da incerteza da economia gerada pela crise do Covid-19, decidiu, com base nos relatórios de estresse, por realizar um reforço na Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa de R\$ 300.000,00 (Em 31/12/2019 não houve reforço de provisão).

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	7.496.128,26	15.978.115,84	79.365.310,23	102.839.554,33
TOTAL	7.496.128,26	15.978.115,84	79.365.310,23	102.839.554,33

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	23.721,19	23.721,19	0%
Setor Privado - Serviços	3.325.461,75	3.325.461,75	3%
Pessoa Física	98.884.856,76	98.884.856,76	96%
Outros	605.514,63	605.514,63	1%
TOTAL	102.839.554,33	102.839.554,33	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.219.947,32)	(1.209.317,42)
Constituições	(2.961.968,96)	295.903,72
Reversões	1.739.597,06	(306.533,62)
Transferência para prejuízo	406.428,67	-
TOTAL	(2.035.890,55)	(1.219.947,32)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.009.432,82	1,00%	1.169.128,28	1,00%
10 Maiores Devedores	5.804.025,26	6,00%	6.006.541,16	8,00%
50 Maiores Devedores	18.800.935,20	18,00%	17.020.206,74	22,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	5.367.127,86	5.537.675,45
Valor das operações transferidas no período	380.121,01	306.533,62
Valor das operações recuperadas no período	(202.914,41)	(297.081,21)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(81.780,88)	-
TOTAL	5.462.553,58	5.367.127,86

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pelo **SICOOB JUDICIÁRIO** apresentavam um montante total de R\$ 44.950,108,26 (Em 31/12/2019 **R\$ 26.313.877,77**), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas ao **SICOOB JUDICIÁRIO** por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	25.429,34		49.473,38	
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	65.295,55		5.180,69	
Outras rendas a receber	4.446,71		317,49	
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	89.095,67		121.748,78	
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	30.675,20		36.888,50	
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	-		62,65	
Devedores por depósitos em garantia (d)	-	401.070,58	-	396.355,27
Impostos e contribuições a compensar	4.115,00		-	
Títulos e créditos a receber	30.241,57		30.053,04	
Devedores diversos - país	15.432,27		29.013,39	
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(17.062,54)		(38.643,84)	
TOTAL	247.668,77	401.070,58	234.094,08	396.355,27

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados do **SICOOB JUDICIÁRIO** cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 62.272,03) e rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 3.023,52).

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber do SICOOB PLANALTO CENTRAL referente ao mês de Dezembro/2020.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 160.658,30) e COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 240.412,28). Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, o **SICOOB JUDICIÁRIO** entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E 30% Vencidas	11.852,65	11.852,65	(3.555,79)	1.583,14	(474,94)
F 50% Vencidas	-	-	-	16.413,12	(8.206,56)
G 70% Vencidas	233,16	233,16	(163,21)	5.049,28	(3.534,50)

H 100%	Vencidas	13.343,53	13.343,53	(13.343,53)	26.427,84	(26.427,84)
Total Vencidos		25.429,34	25.429,34	(17.062,54)	49.473,38	(38.643,84)
Total Geral		25.429,34	25.429,34	(17.062,54)	49.473,38	(38.643,84)
Provisões		(17.062,54)	(17.062,54)		(38.643,84)	
Total Líquido		8.366,80	8.366,80		10.829,54	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Material em Estoque	5.738,01	4.093,50
Despesas Antecipadas (a)	70.745,76	80.726,03
TOTAL	76.483,77	84.819,53

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, auxílio alimentação e auxílio transportes.

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito	14.874.825,78	13.788.266,08
Participação em Instituição Financeira Controlada por Cooperativa de Crédito	4.952,49	4.952,49
TOTAL	14.879.778,27	13.793.218,57

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Edificações	4%	712.950,00	712.950,00
(-) Depreciação Acumulada de Imóveis de Uso - Edificações		(83.256,71)	(54.738,71)
Instalações	10%	961.779,42	2.026.104,34
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(657.907,10)	(873.916,38)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.453.833,79	1.384.634,79
(-) Depreciação Acumulada de Móveis e Equipamentos de Uso		(1.852.937,62)	(716.284,65)
Sistema de Comunicação	20%	78.566,38	63.313,97
Sistema de Processamento de Dados	20%	403.998,05	405.546,08
Sistema de Segurança	10%	29.690,80	29.690,80
Sistema de Transporte	20%	115.650,00	115.650,00
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros		1.168.367,68	-
(-) Depreciação Acumulada de Outras Imobilizações de Uso		-	(367.984,18)
TOTAL		2.330.734,69	2.724.966,06

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	22.367.331,05		12.464.002,75	
Depósito Sob Aviso	47.957,63	0,14	46.718,73	0,32
Depósito a Prazo	95.227.906,60	0,18	70.665.284,68	0,37
TOTAL	117.643.195,28		83.176.006,16	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	34.009.668,05	29,00%	22.616.607,70	27,00%
10 Maiores Depositantes	65.211.351,34	56,00%	47.761.108,41	58,00%
50 Maiores Depositantes	87.051.198,29	74,00%	63.530.642,75	77,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(449,66)	(1.238,90)	(1.222,35)	(2.521,00)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.024.907,48)	(2.599.096,44)	(2.340.655,22)	(4.683.921,62)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(46,18)	(46,18)	-	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(87.797,95)	(162.843,18)	(71.552,17)	(134.171,05)
TOTAL	(1.113.201,27)	(2.763.224,70)	(2.413.429,74)	(4.820.613,67)

11. Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
SICOOB PLANALTO CENTRAL (a)	17.454.159,82	278.255,37	14.286.396,65	-
TOTAL	17.454.159,82	278.255,37	14.286.396,65	-

a) As despesas dessa transação resultaram em **31/12/2020** o montante de R\$ 534.118,08 (Em 31/12/2019 R\$ 840.428,94) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses”.

12. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	63,31	-	15.650,19	-

Sociais e Estatutárias	362.404,40	-	284.807,65	-
Fiscais e Previdenciárias	226.030,49	-	221.122,45	-
Diversas	1.304.455,73	8.775,15	1.299.937,16	75.384,39
TOTAL	1.892.953,93	8.775,15	1.821.517,45	75.384,39

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	286.394,41	227.100,17
Cotas de Capital a Pagar (b)	76.009,99	57.707,48
TOTAL	362.404,40	284.807,65

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados do **SICOOB JUDICIÁRIO**, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	2.903,52	19.161,68
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	5.593,79	5.743,27
Impostos e Contribuições sobre Salários	196.908,19	187.021,00
Outros	20.624,99	9.196,50
TOTAL	226.030,49	221.122,45

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	21.853,76	-	3.375,18	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	4.492,80	-	3.837,01	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	730.270,95	-	712.985,67	-
Provisão para demandas judiciais (nota 29)	-	8.775,15	-	75.384,39
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	69.542,58	-	58.359,84	-
Credores Diversos – País (c)	478.295,64	-	521.379,46	-
TOTAL	1.304.455,73	8.775,15	1.299.937,16	75.384,39

(a) Referem-se basicamente à provisão para pagamento de despesas com pessoal (R\$ 404.375,36) e seguro prestamista (R\$ 202.137,59).

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 30/09/2015, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, o **SICOOB JUDICIÁRIO** é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.591.371,22 (R\$ 4.541.626,38 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Os principais valores registrados em Credores Diversos são: pendências a regularizar (R\$ 18.990,22), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 136.869,80), rateio das despesas do Sicoob Planalto Central (R\$ 59.375,17), saldos credores – encerramento conta corrente (R\$ 196.716,57), credores diversos - cobrança (R\$ 20.340,92) e Outros – patrocínio da Central (R\$ 46.002,96).

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB JUDICIÁRIO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, o **SICOOB JUDICIÁRIO** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	19.999.570,75	18.254.002,60
Associados	5.285	5.233

14.2 Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **40%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

14.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 07/03/2020, os cooperados não deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	4.272.125,64	4.166.651,89
(-) IRPJ/CSLL	(130.736,63)	(158.566,90)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.141.389,01	4.008.084,99
Destinações estatutárias	(1.863.625,05)	(1.803.638,25)
Reserva legal - 40%	(1.656.555,60)	(1.603.234,00)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(207.069,45)	(200.404,25)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.277.763,96	2.204.446,74
Perdas de incorporação - Uniasacred	(1.784.306,11)	(1.983.623,63)
Sobras/Perdas Líquidas	493.457,85	220.823,11

e) Perdas Acumuladas – Incorporação – Sicoob Uniasacred

No processo de incorporação do Sicoob Uniasacred, pelo **SICOOB JUDICIÁRIO**, conforme deliberado em assembleia geral conjunta, as perdas da Uniasacred, no montante R\$ 2.280.846,06, foram rateadas entre associados da incorporada, para serem compensadas com sobras de exercícios seguintes.

Descrição	2020	2019
Perdas de incorporação da Uniasacred em 2018	(1.983.623,63)	(2.280.846,06)
Recebimento do rateio de perdas	12.257,75	297.222,43
Absorção de perdas rateadas com sobras de 2019	187.059,77	-
Sobras brutas do exercício	(1.784.306,11)	(1.983.623,63)

15. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	4.547,22	20.237,99	12.862,58	30.922,23
Rendas de Empréstimos	7.895.661,31	15.685.889,83	8.116.557,10	15.250.535,31
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	689,75	13.267,16	14.058,97	25.068,26
Rendas de Financiamentos	82,67	1.736,59	1.263,82	5.682,54
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	147.673,54	292.673,48	126.974,69	330.142,60
TOTAL	8.048.654,49	16.013.805,05	8.271.717,16	15.642.350,94

16. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Captação	(1.113.201,27)	(2.763.224,70)	(2.413.429,74)	(4.820.613,67)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(197.318,06)	(534.118,08)	(414.318,32)	(840.428,94)
Provisões para Operações de Crédito	(849.093,64)	(1.256.964,53)	(121.959,90)	(361.330,30)
TOTAL	(2.159.612,97)	(4.554.307,31)	(2.949.707,96)	(6.022.372,91)

17. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de prestação de serviços	1.154.420,31	2.383.202,14	1.058.691,03	2.116.998,42

18. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	34.345,59	71.005,41	36.581,99	81.818,47
Rendas de Serviços Prioritários - PF	176.129,00	356.344,10	184.309,34	355.772,02
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	146.982,55	301.831,90	177.615,89	350.587,27
TOTAL	357.457,14	729.181,41	398.507,22	788.177,76

19. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(79.200,00)	(156.000,00)	(72.000,00)	(144.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(678.194,94)	(1.327.428,50)	(602.671,16)	(1.202.135,04)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(663.688,79)	(1.278.970,01)	(681.077,96)	(1.291.709,26)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(697.795,37)	(1.338.999,28)	(678.541,09)	(1.271.025,94)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.557.755,81)	(3.034.390,62)	(1.529.630,53)	(2.912.660,66)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-	-	(617,89)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(1.520,00)	(3.817,90)	(5.755,72)	(14.501,59)
TOTAL	(3.678.154,91)	(7.139.606,31)	(3.569.676,46)	(6.836.650,38)

20. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(12.939,41)	(27.365,03)	(17.569,60)	(33.934,47)
Despesas de Aluguéis	(130.254,98)	(245.265,31)	(107.942,09)	(200.814,27)
Despesas de Comunicações	(163.191,10)	(325.908,33)	(155.100,62)	(302.579,08)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(23.355,20)	(38.121,30)	(31.209,80)	(53.120,58)
Despesas de Material	(11.254,21)	(23.095,12)	(20.301,16)	(36.400,92)
Despesas de Processamento de Dados	(167.612,94)	(362.158,77)	(170.969,78)	(305.056,15)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(22.861,89)	(27.569,86)	(33.130,46)	(55.820,02)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(16.033,41)	(57.823,86)	(50.006,71)	(89.376,32)
Despesas de Publicações	-	-	-	(1.242,56)
Despesas de Seguros	(37.464,94)	(75.075,52)	(37.524,96)	(52.587,97)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(355.250,42)	(797.967,38)	(419.103,21)	(821.267,88)
Despesas de Serviços de Terceiros	(113.796,28)	(231.416,88)	(113.931,69)	(211.424,17)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(173.041,41)	(345.534,45)	(167.759,33)	(333.072,53)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(209.155,91)	(413.389,36)	(214.284,88)	(401.654,79)
Despesas de Transporte	(47.946,90)	(102.906,35)	(64.639,16)	(127.311,60)
Despesas de Viagem no País	(2.800,11)	(21.461,69)	(25.124,70)	(56.708,38)
Despesas de Amortização	(4.836,72)	(9.684,45)	-	(19.078,91)
Despesas de Depreciação	(310.935,02)	(614.930,67)	(295.306,48)	(560.198,26)
Outras Despesas Administrativas	(173.297,82)	(336.289,36)	(187.068,12)	(368.408,53)
Emolumentos judiciais e cartorários	(16.167,37)	(24.533,47)	(14.725,22)	(22.785,42)
Contribuição a OCE	(1.841,76)	(3.683,52)	(1.762,80)	(3.525,60)
Rateio de despesas da Central	(487.271,42)	(1.021.933,76)	(466.851,40)	(900.052,52)
Rateio de despesa do Sicoob Confederação	(44.288,18)	(96.434,45)	(74.844,00)	(156.021,19)
TOTAL	(2.525.597,40)	(5.202.548,89)	(2.669.156,17)	(5.112.442,12)

21. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
-----------	-----------	------------	-----------	------------

Recuperação de Encargos e Despesas	44.068,21	144.869,20	50.225,63	78.338,78
Distribuição de sobras do SICOOB PLANALTO CENTRAL	-	885.578,44	-	1.130.860,49
Atualização depósitos judiciais	1.698,89	4.715,31	4.784,67	10.037,39
Outras rendas operacionais	8.646,16	16.349,90	-	3.700,27
Rendas oriundas de Cartões de Crédito	224.672,34	526.491,85	284.996,68	538.510,60
TOTAL	279.085,60	1.578.004,70	340.006,98	1.761.447,53

22. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito – Desp. Desc. Concedidos em Renegociações	(12.238,41)	(38.577,14)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(341.198,05)	(632.348,94)	(351.738,86)	(379.674,03)
Descontos concedidos - Operações de Crédito	(11,70)	(11,70)	(6.600,43)	(6.600,43)
Cancelamento - tarifas pendentes	(32.459,62)	(59.067,16)	(35.071,10)	(59.747,10)
TOTAL	(385.907,78)	(730.004,94)	(393.410,39)	(446.021,56)

23. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Ganhos de Capital	463,46	2.026,73	9.629,64	10.555,66
(-) Perdas de Capital	(1.252,34)	(10.286,44)	(8.058,67)	(19.436,67)
(-) Outras Despesas não Operacionais	-	-	-	(12.158,33)
Resultado Líquido	(788,88)	(8.259,71)	1.570,97	(21.039,34)

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do **SICOOB JUDICIÁRIO** e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais do **SICOOB JUDICIÁRIO** e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações do **SICOOB JUDICIÁRIO**, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.421.665,72	1,9782%	39.290,71
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.148.416,03	1,7550%	41.074,63
TOTAL	4.570.081,75	3,7333%	80.365,34
Montante das Operações Passivas	284.963,74	0,3214%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	20.874,67	468,14	4,4939%
Empréstimos	3.400.696,40	193.151,77	3,3252%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	96.106,28	0,4327%	0%
Depósitos a Prazo	476.116,32	0,4997%	0,1635%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	1,5167%	48,0021%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,6710%	166,6474%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração do **SICOOB JUDICIÁRIO**. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	3,7456%
Aplicações Financeiras	0,3214%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	23.725,40
Empréstimos	1.083.354,76

e) No exercício de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(156.000,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.327.428,50)
Encargos Sociais	(300.399,99)

25. Cooperativa Central

O **SICOOB JUDICIÁRIO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB JUDICIÁRIO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações do **SICOOB JUDICIÁRIO** com a **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

Saldos do SICOOB JUDICIÁRIO com o SICOOB PLANALTO CENTRAL	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Centralização Financeira	46.567.036,62	29.030.828,15
Investimentos	14.874.825,78	13.788.266,08
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses	17.732.415,19	14.286.396,65

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do **SICOOB JUDICIÁRIO** não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo **SICOOB JUDICIÁRIO** para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

27. Seguros contratados – Não auditado

O **SICOOB JUDICIÁRIO** adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	14.256.625,47	11.413.902,71
Ativos Ponderados por Risco - RWA	99.536.610,91	76.540.880,58
PR mínimo requerido para - RWA	10.451.344,14	9.184.905,67
Índice de Basileia	14,32%	14,91%

29. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que o **SICOOB JUDICIÁRIO** é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	8.775,15	-	75.384,39	-
TOTAL	8.775,15	-	75.384,39	-

a) Segundo a assessoria jurídica, não existem processos judiciais nos quais o **SICOOB JUDICIÁRIO** figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

b) O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

30. Benefícios a empregados

O **SICOOB JUDICIÁRIO** é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Multipatrocinado. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de **2020** totalizaram R\$ 30.067,29.

MIGUEL FERREIRA DE OLIVEIRA:46811087153
Assinado de forma digital por MIGUEL FERREIRA DE OLIVEIRA:46811087153

Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente

MARCOS DEGRAZIA CAMPEDELLI:24593621100
Assinado de forma digital por MARCOS DEGRAZIA CAMPEDELLI:24593621100

Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro

JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Assinado de forma digital por JORGE LUIZ MOREIRA:08494835149
Dados: 2021.02.22 11:09:06 -03'00'

Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Ensino Superior e dos Advogados Públicos e Delegados da Polícia Federal no Distrito Federal – SICOOB JUDICIÁRIO**

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Ensino Superior e dos Advogados Públicos e Delegados da Polícia Federal no Distrito Federal – SICOOB JUDICIÁRIO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob SICOOB JUDICIÁRIO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2021.



A handwritten signature in blue ink that reads 'Diego Rabelo S. Toledo'.

Diego Rabelo S. Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090